



FUERZA DE TAREA

**ADAPTACIÓN COMO PRIORIDAD
PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE**

Prezado(a) candidato(a) ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas,

Em nome da Força Tarefa “Adaptação como Prioridade” e das organizações signatárias abaixo, dirigimo-nos a Vossa Senhoria em um momento decisivo para o futuro do multilateralismo climático e da estabilidade climática global.

A crise climática já não constitui uma ameaça distante; é uma realidade presente e que se intensifica rapidamente, afetando países, povos, ecossistemas e economias em todo o mundo. O ano de 2024 registrou a maior temperatura média já observada, e as projeções indicam que novos recordes poderão ser registrados nos próximos anos, diante da provável ocorrência de um forte evento de El Niño. Cada onda de calor, enchente, inundação e seca prolongada ceifa vidas e aprofunda riscos em cidades, comunidades, zonas costeiras, sistemas energéticos, agricultura, saúde pública e segurança hídrica. Cada desastre climático amplia a lacuna de desigualdade da capacidade adaptativa e da resiliência, tanto entre países quanto em seus próprios territórios.

Reconhecemos e saudamos a liderança do Secretário-Geral António Guterres ao conferir centralidade às mudanças climáticas na agenda das Nações Unidas. Sua atuação tem contribuído para consolidar o entendimento de que as mudanças climáticas representam um desafio existencial para a humanidade. Neste momento crítico, entendemos que o próximo Secretário-Geral deve avançar uma visão ainda mais ambiciosa, capaz de posicionar a adaptação climática como prioridade política, financeira e institucional, bem como elemento central de uma resposta multilateral coerente à emergência climática.

Com nova liderança à frente das Nações Unidas, vislumbramos uma oportunidade histórica de superar qualquer distinção entre mitigação e adaptação, bem como perdas e danos, reconhecendo-as como dimensões mutuamente reforçadoras e inseparáveis de uma resposta climática abrangente. Embora também precisemos de novas dinâmicas em mitigação, elevar a adaptação como prioridade estratégica ajudaria a orientar mandatos, recursos e coerência de políticas em todo o sistema das Nações Unidas.

A recente Opinião Consultiva da Corte Internacional de Justiça constitui um marco significativo ao afirmar que os Estados possuem obrigações vinculantes, nos termos do direito internacional, de enfrentar as mudanças climáticas e de proteger os direitos humanos de seus efeitos nocivos. Essa clarificação histórica reforça que a adaptação não é meramente uma opção de política pública, mas elemento essencial ao cumprimento dos deveres jurídicos dos Estados de prevenir danos previsíveis, proteger populações vulneráveis e assegurar a cooperação internacional na resposta à crise climática. O próximo Secretário-Geral deve defender esse imperativo jurídico e moral em todo o sistema das Nações Unidas.

Atualmente, os impactos da inação climática recaem de forma desproporcional sobre os mais vulnerabilizados. Pessoas idosas, crianças e jovens, mulheres, povos indígenas, afrodescendentes, comunidades locais e tradicionais, populações em assentamentos humanos, pequenos agricultores e populações costeiras já se encontram na linha de frente das mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, essas comunidades são fonte de algumas das soluções mais inovadoras e eficazes em resiliência climática, baseadas no conhecimento local, em práticas coletivas e em abordagens adaptadas a contextos específicos, as quais devem ser reconhecidas, ampliadas e apoiadas.

Investir em adaptação significa preparar sociedades, economias, ecossistemas e territórios para resistir ao aumento dos riscos climáticos, assegurando, ao mesmo tempo, que ninguém fique para trás.

Ampliar o financiamento para adaptação é um imperativo estratégico. Cada dólar investido em adaptação pode gerar múltiplos co-benefícios socioeconômicos, reduzindo perdas, protegendo infraestruturas críticas e fortalecendo trajetórias de desenvolvimento resiliente, com a devida proteção de vidas e meios de subsistência. Em contrapartida, os custos da inação continuarão a crescer exponencialmente para todos os países.

A qualidade do financiamento para adaptação é tão importante quanto seu volume. Os recursos devem ser previsíveis, acessíveis, concessionais e, sempre que possível, na forma de doações, sem ampliar o endividamento dos países vulneráveis. Saudamos o compromisso da COP30 de ao menos triplicar o financiamento para adaptação destinado aos países em desenvolvimento até 2035 e incentivamos o próximo Secretário-Geral a apoiar sua implementação tempestiva e equitativa.



À luz do exposto, encorajamos o próximo Secretário-Geral das Nações Unidas a:

- **Elevar a adaptação ao mais alto nível da agenda política internacional, com foco na implementação da arquitetura de adaptação já existente no âmbito da UNFCCC;**
- **Integrar a adaptação transversalmente às agendas globais de desenvolvimento, inclusive nas áreas prioritárias do Objetivo Global de Adaptação, como água, alimentação e agricultura, saúde, ecossistemas, infraestrutura e assentamentos humanos, pobreza e meios de subsistência;**
- **Promover coerência institucional entre a UNFCCC, as entidades das Nações Unidas e a arquitetura financeira internacional;**
- **Estimular novos compromissos voltados a um financiamento para adaptação previsível, acessível e majoritariamente público, baseado em doações, com vistas a reduzir o crescente déficit de financiamento para adaptação;**
- **Empregar sua influência para incidir por processos mais inclusivos e transparentes, incentivando os Estados e a própria UNFCCC a ampliar as oportunidades de participação da sociedade civil.**

Confiamos que sua liderança contribuirá para fortalecer uma Organização das Nações Unidas capaz de responder à escala e à urgência desse desafio histórico, colocando a ação climática centrada nas pessoas no cerne do sistema multilateral.

Atenciosamente,

- 1 Instituto Talanoa
- 2 Plataforma CIPÓ
- 3 Grupo de Financiamiento Climático para Latinoamérica y el Caribe (GFLAC)
- 4 Red Latinoamericana y Caribeña por un Sistema Financiero Sostenible (REDFIS)
- 5 Argentina 1.5
- 6 Sustenta Honduras
- 7 Instituto Decodifica
- 8 Palmares Lab
- 9 WWF-Brasil
- 10 Climate Action Network Latin America (CANLA)

- 11** Foundation for Amazon Sustainability (FAS)
- 12** Clima de Política
- 13** Community Action for Health and Development (CAHE)
- 14** AbibiNsroma Foundation (ANF)
- 15** World Friends for Africa Burkina Faso
- 16** ONG FIMA
- 17** Latin American Youth Climate Scholarship (LAYCS)
- 18** Stichting Youth for Sustainable Travel
- 19** Fundación de Iniciativas de Cambio Climático, Honduras
- 20** Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)
- 21** Oxfam
- 22** Southern Africa Climate Change Network
- 23** Zimbabwe Climate Change Coalition
- 24** Southern Africa Climate Smart Agriculture Alliance
- 25** Instituto Socioambiental
- 26** Center for Justice and International Law (CEJIL)
- 27** Conectas Direitos Humanos
- 28** Germanwatch
- 29** Community Integrated Development Organisation (Uganda)
- 30** Human Environmental Association for Development (HEAD), Lebanon
- 31** Texas Impact
- 32** Emmaus International
- 33** African Coalition on Green Growth
- 34** Fridays for Future
- 35** Instituto Perifa Sustentável
- 36** Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA)
- 37** cosmopolíticas
- 38** Debt Justice Norway
- 39** Fundação Grupo Esquel Brasil
- 40** Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- 41** Rede de Mulheres Ambientalistas da América Latina - Elo Brasil
- 42** Rede Brasileira de Educação Ambiental
- 43** Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente (GEEMA)
- 44** Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas
- 45** Fund.acción por emergencia climática
- 46** Instituto Socioambiental VerAmazônia
- 47** Rede Amazônia Delas

- 48** Southern Voice
- 49** Associação Civil Alternativa Terrazul
- 50** Teia Carta da Terra Brasil
- 51** Observatório das Águas
- 52** 350.org Brasil
- 53** Instituto Caminhabilidade (Walkability Institute)
- 54** Instituto Sea Shepherd Brasil
- 55** Rede Vozes Negras pelo Clima.
- 56** Instituto Flores Pontalenses
- 57** Rede Mulheres Litorâneas.
- 58** Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais
- 59** SER
- 60** ARAYARA International Institute
- 61** Observatório do Petróleo e Gás (OPG)
- 62** Observatório do Carvão Mineral (OCM)
- 63** Coalizão Não Fracking Brasil (COESUS)
- 64** Litigância Climática e Por Direitos (LITIGA)
- 65** Rede Fé, Paz e Clima
- 66** Fundação Arayara
- 67** Instituto 5 Elementos
- 68** Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi)
- 69** Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)
- 70** Instituto Perifalab
- 71** Movimento Internacional de Juventudes (MOV)
- 72** Bancada do Clima - Legisla Brasil
- 73** TETO Brasil
- 74** Associação de Jovens Engajamundo
- 75** Uma Gota No Oceano
- 76** Instituto Duclima
- 77** Associação Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS)
- 78** Fundação SOS Mata Atlântica
- 79** Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC)
- 80** Instituto Água e Saneamento
- 81** ACT Promoção da Saúde
- 82** Greenpeace Brasil
- 83** Fundação Ecotrópica
- 84** Projeto Hospitais Saudáveis